



aniversário
1954 • 2004

CONIMBRIGA



INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA



VOLUME XLV - 2006

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

VÍTOR OLIVEIRA JORGE

DCTP-FLUP/CEAUCP (FCT). Investigador do CEAUCP (FCT).

E-mail: vojorge@clix.pt

CASTELO VELHO E CASTANHEIRO DO VENTO

– UMA HISTÓRIA COM CINCO MIL ANOS QUE TEMOS DE SABER

CONTAR AOS NÃO-ESPECIALISTAS

“Conimbriga” XLV (2006) p. 33-45

SUMÁRIO: Tentativa de explicação, a não especialistas de arquiteturas pré-históricas, das principais questões que se põem na abordagem de uma variante dessas arquiteturas: as colinas monumentalizadas do III/II milénio a.C., neste caso a partir de dois sítios do concelho de Vila Nova de Foz Côa (NE de Portugal).

ABSTRACT: This short paper tries to explain, to those who are not specialists of prehistoric architectures, the main questions raised by the study of a particular kind of sites: the monumentalized hills of the III/II mill. b.C. The author takes two sites located within the territory of the municipality of Vila Nova de Foz Côa (northeast of Portugal) as a basis of his argument.

(Página deixada propositadamente em branco)

CASTELO VELHO E CASTANHEIRO DO VENTO
– UMA HISTÓRIA COM CINCO MIL ANOS
QUE TEMOS DE SABER CONTAR AOS
NÃO-ESPECIALISTAS

*Ao Alexandre e à Catarina
Alves Costa,
com amizade e muita admiração*

As primeiras perguntas que as pessoas fazem aos arqueólogos sobre o seu trabalho, e em particular sobre o significado dos sítios que escavam e dos elementos que encontram, são, desde há décadas (para não dizer desde sempre) invariavelmente as mesmas. De que época é? Para que servia? Quem o fez? Temos de dizer às pessoas que, tal como a medicina ou a física, a arqueologia evoluiu, modificou-se, desde o séc. XIX. As pessoas, numa larga maioria, e no que diz respeito a estes assuntos, parece que não. Um pequeno esforço, e conseguem.

Quando vamos a um médico, sobretudo se alguns sintomas nos põem ansiosos, perguntamos insistentemente: é grave, sr. dr.? O que é que eu tenho?... Ao que o médico, se for uma pessoa séria, em geral responde: tenha calma, preciso primeiro de análises e de fazer exames, e depois logo se verá. Ninguém faz diagnósticos na base da “resposta pronta”, tão ao agrado do “povo”.

A ciência é evidentemente a pergunta, a questão, não a solução imediata. Mas, mais cedo ou mais tarde, o “doente” quer a resposta que tão ansiosamente buscava junto do especialista. E, essa, também nós arqueólogos não podemos recusar-lha, sob pena de falharmos o nosso papel social. À questão “naïve” do jornalista: “mas o que é que vocês encontraram aqui?” nós não podemos responder com atitude “blasée”: “um grande ponto de interrogação”. “Como”, perguntará o pressuroso

reporter incrédulo, “tanto tempo, esforço e dinheiro gasto para um ponto de interrogação?” “É como vê – suposta resposta nossa, que do meu ponto de vista não se deve nem pode dar – “somos masoquistas, apanhamos pó e sol durante anos no mesmo sítio, e comprazemo-nos a gastar o erário público nessas acções para colocar no terreno pontos de interrogação, que “musealizamos”, até fazendo centros de acolhimento para as pessoas olharem a paisagem e meditarem nessas interrogações.”

Não pode ser, temos de ir ao encontro das pessoas.

Primeiro, o que nos ensinam na escola são certezas, pontos de sustentação das perguntas e experiências futuras. Até para andar em terreno difícil precisamos de calçado apropriado. É depois ao longo da vida que desconstruímos, que percebemos que as dúvidas são mais interessantes do que as certezas. Estas são o ponto de partida, aquelas o ponto de chegada, numa espiral hermenêutica infinda, até à morte.

Ora, o “grande público”, a maioria dos jornalistas, como a grande maioria dos doentes, são como crianças, ansiosos de uma resposta. Nós também fazemos parte desse “grande público”. Quando vamos visitar qualquer coisa, queremos alguém que nos explique, se possível alguém competente. Competente para duvidar (estudar) e competente para transmitir (responder).

Há cinco mil anos, o Alto Douro, onde fica a zona de Vila Nova de Foz Côa, e nela dois sítios, que dão pelos evocativos nomes de Castelo Velho (freguesia de Freixo de Numão) e de Castanheiro do Vento (freguesia de Horta do Douro), era uma região muito diferente da de hoje. Não tinha estradas; não tinha carros; não tinha casas como as de agora; não tinha campos e montes invadidos por vinhas; não tinha comboios nem barragens. Não tinha tanta gente a habitar nem a passar por lá. Não tinha pedreiras que de vez em quando atroam a paisagem com os seus estalidos. Geralmente, o silêncio reinava sobre o meio-ambiente. A vida pautava-se pelo ritmo dos dias e das noites, pela sequência das estações. Não havia luz eléctrica, e por isso à noite o firmamento estava perto das pessoas, era uma espécie de duplo da terra, onde se podiam encontrar sinais, orientações, regularidades. O rio Douro corria lá bem fundo, num “rego” duramente escavado nos xistos, e tanto ele como os seus afluentes não estavam poluídos nem estagnados, mas eram vivos, e continham peixes, moluscos, e toda uma vida animal que pululava em torno da água, do seu som e da sua frescura.

Quando hoje, cinco mil anos depois, os arqueólogos, os artesãos do passado – os que o tecem pacientemente para os olhos fascinados dos seus contemporâneos – procuram saber “como foi”, a primeira coisa que têm de fazer é uma espécie de “desnudar” progressivo da paisagem. Na verdade, têm de provocar como que um “strip” desta, retirando tudo o que os homens (e as mulheres...) históricos lá puseram, todas as alterações que lhe provocaram, todas as agressões e feridas com que a foram marcando. Bem como os chamados agentes naturais, pois mesmo sem a técnica humana nunca nada fica igual a si mesmo, como até acontece num deserto, onde aparentemente não habita ninguém.

A vida naquelas épocas não era nenhum paraíso; guardemo-nos desses mitos, porque a beleza e o maravilhoso não precisam da mentira e da simplificação. As pessoas em geral não duravam tanto tempo como hoje, porque muitas crianças morriam à nascença, e não havia os remédios e os confortos que agora prolongam a existência dos seres humanos de uma forma, de certo modo, tão inesperada. As pessoas conheciam muito bem o espaço em que se movimentavam, que para elas era uma realidade à qual se sentiam intimamente pertencer, como se fossem parte integral dos seres animados ou inanimados que compartilhavam esse espaço. Nem, em boa verdade, deveríamos usar esta palavra, porque o sentido abstracto e neutro de “espaço” não existiria. Aqui, também os arqueólogos precisam, ao nível do discurso, de fazer uma espécie de “strip”, de limpeza, para não caírem na mais tonta das ilusões, julgar que o passado era, e nele se pensava, como hoje.

Tal como agora, as pessoas habitavam meios carregados de sentidos, de lembranças, de recordações, de histórias, de interditos e de entreditos. As populações, relativamente dispersas, procuravam conjugar a caça, a pesca, a colheita de alimentos, com a agricultura de cereais e com a pastorícia de ovicaprídeos (carneiro e cabra) e talvez mesmo de bóvidos (boi) e de suídeos (porco). Deviam viver em pequenos aglomerados (lugarejos de algumas cabanas agrupadas) que utilizassem nichos do território mais abrigados, perto de fontes de abastecimento, e sobretudo protegidos das temperaturas extremas destas regiões interiores, dos ataques dos predadores, e de eventuais “más surpresas” causadas por esse predador do homem por excelência, o próprio homem.

A melhor forma de “explorar” uma “natureza” tornada fértil pelo trabalho humano (para usar conceitos correntes) não era concentrarem-se em grandes aglomerados; mas antes colocarem-se em pontos do território que lhes permitissem o acesso a certos recursos vitais. O mais

vital dos recursos para o ser humano é “sentir-se em casa”. É o bem estar psicológico de pertencer a uma comunidade de outros seres – o sentido de sociabilidade. Numa sociedade não complexa, não industrializada, um indivíduo “individualista” não é só um anacronismo; é um impensável, um ser que, mesmo que pudesse ocorrer, estaria já virtualmente morto.

Se o povoamento não era denso, mas descontínuo, disperso em pequenos lugarejos, se a realidade dita (por nós hoje) “natural” estava cheia de referências e de nomes, se as pessoas na sua grande maioria viviam em relativa autarcia, como se relacionavam as populações entre si, a um nível mais geral? Por forma a estabelecerem acordos, sentidos de pertença e de exclusão, em suma, de modo a ampliarem as sociabilidades num plano que não fosse puramente local, evitando a conflitualidade e a surpresa (o perigo) permanentes, trocando informações?

A aliança, a reciprocidade, a troca, são a base da sociabilidade, mesmo antes da existência do poder coercivo do Estado, que só surgiria milénios mais tarde. Imaginar estas sociedades não é pensar em “bons selvagens” (a “natureza humana” não é boa nem má, pelo simples facto de que tal conceito é uma invenção recente), mas também não é conceber pessoas naturalmente agressivas e em permanente luta pela sobrevivência, numa agressividade que só o “requite” da moderna “sociedade dos indivíduos” trouxe. A arte da guerra tem uma história, e a sua generalização (banalização quotidiana) é um fenómeno dos nossos dias.

Estas pessoas de há cinco mil anos conviviam diariamente com o que hoje chamamos a morte, mas não a conceptualizavam decerto como nós (por exemplo, como necessariamente uma perda, como um desaparecimento).

A desigualdade de estatutos existia, mas sob formas mais ou menos frágeis ou embrionárias, essencialmente carismáticas, baseadas no poder da palavra, na capacidade de liderança, nos dotes de alguns para a mobilização dos outros para a acção, para a acumulação de valor.

Que acção? A de todos os dias, mas também a excepcional. A acção excepcional era a que se plasmava em reuniões, em comemorações, em rituais que marcassem e escandissem o tempo, tornando-o inteligível, dando um sentido de conjunto ao cosmos, uma explicação para o aqui e o agora, integrado num antes e num alhures.

O que chamamos hoje arquitectura, no seu sentido mais abrangente (isto é, envolvendo uma radical indistinção entre acidentes “natu-

rais” e “artificiais”, entre volumetrias herdadas e outras agora feitas), foi a forma essencial das comunidades se unirem, e, construindo novos “cenários”, se contruírem a si mesmas como comunidades.

Antes do “aparelho de estado”, das cidades e das estradas, dos exércitos e das polícias, dos impostos e das classes bem definidas, dos privilegiados e dos muito pobres, durante milhares de anos, e em alguns casos até à actualidade, os seres humanos viveram de formas diferentes dessas. Para imaginarmos tais populações temos de as despir destas instituições especializadas, bem definidas, assertivas e impositivas, que constituem o nosso quadro actual de vida dos últimos séculos.

Imaginar essas populações de há cinco mil anos é libertarmo-nos da necessidade de pensar a nossa forma de vida actual como a única possível; é termos a certeza de que essa forma de vida foi “seleccionada” de entre milhares de outras “à partida” igualmente possíveis. Não é pensar numa humanidade livre e feliz, espécie de outro de nós, que mais não seria do que a nossa sombra. Não. É libertarmo-nos de nós e simultaneamente da nossa sombra.

Por isso o trabalho que os arqueólogos produzem para os seus contemporâneos de hoje é uma tarefa tão importante, tão dignificante, e de tão grande alcance filosófico e político, digno do maior respeito, como qualquer outra forma de criatividade, seja ela do âmbito da ciência ou da arte (outra lamentável dicotomia moderna).

As sociedades sem Estado regiam-se por laços de consanguinidade e de parentesco, de vizinhança, nunca vistas como coisas naturais, mas sempre como formas de sociabilidade, como construções colectivas, em negociação constante. Que formas de valor acumulado conheceriam estas sociedades da memória e da oralidade? Os seus celeiros, os seus animais, pois decerto, mas sobretudo as suas tradições.

As sociedades de há cinco mil anos eram já, oh espanto, “sociedades de informação”. Quer dizer, de partilha de certos saberes e de certos saberes-fazer, mas também de ocultação, de segredo, de diferença. Porque toda a sociedade se instala sobre a diferença, sobre a distribuição desigual e negociação dos valores, das identidades, daquilo que é raro e que é único, e portanto particularmente prezado. O “económico” (conceito evidentemente moderno) não está sobretudo na sobrevivência, na comida, na fisiologia, nem sequer na reprodução do mesmo, na eternização da “sociedade” (outra noção nossa) como ela é num determinado momento; está sobretudo na invenção de algo que crie diferença entre os indivíduos e os grupos. O ser humano é ávido de ordem, as socieda-

des reproduzem-se na norma (o que não implica uma estabilidade das normas, porque há constantemente forças minoritárias a erosionarem as normas vigentes).

Como se cria tal diferença? Povoando os espaços, os territórios, os lugares, de duplos físicos das pessoas, tão efémeras e de vida em geral tão curta.

Deixando memórias. Fugindo ao tempo. E quando se não “foge ao tempo” pela embriaguês e pela festa, foge-se pelo monumento – por aquilo que dura e nos pode sobreviver, projectar. Dois modos, portanto, do que hoje chamaríamos ilusão. Mas foi em nome dessa “ilusão” que a humanidade criou as obras que nós agora respeitamos como “património” (isto é, como valor perdurável) e que não cessamos de visitar, de tentar interpretar, sem descanso procurando multiplicá-lo, tal como fazemos com qualquer outro bem.

Há cinco mil anos algumas populações tiveram necessidade de “se alçar” para cima de pontos dominantes da paisagem. Aumentavam o seu campo de visão, permitindo monitorizar informação de um território mais abrangente. Quem assim via de cima, previa. Ganhava poder, como quem olha um mapa. Essa função controladora podia ser delegada pelo conjunto da população que vivia dispersa no território, em líderes particularmente vocacionados para se “sacrificarem” pelo carisma, pela aura (o que faz ainda correr os políticos modernos, ou os criadores actuais, não é algo de semelhante, quererem elaborar visões mais panorâmicas, isto é, sentirem-se de algum modo em posição superior aos outros?).

Sem dúvida que a visão é um sentido muito valorizado na modernidade e na sociedade da imagem, do “glamour”, do tempo comprimido e da desmitificação dos deuses. Mas também nas comunidades que ontologicamente habitavam o interior dos símbolos (não se limitando, de fora, a manipulá-los, como nós imaginariamente fazemos) a visão era sem dúvida importante, pelo menos desde que as imagens objectivadas, e os cromatismos e texturas da matéria, foram valorizados, ou seja, desde há dezenas de milhares de anos.

Que significa fazer arquitectura? Significa tornar o espaço e o movimento em elementos de significação. Significa estabelecer pontos de apoio para uma multiplicidade infinita de “performances”. Uma estaca ou simples monólito fixado no solo não só permite a rotatividade em torno dele (tornando-se uma espécie de íman para o espaço em redor, para os movimentos do corpo que em torno dele giram), como define fisi-

camente um sentido ascensional, vertical, telúrico, do que une a terra ao céu, podendo associar-se ao falo e à sua estranha capacidade de se estumescer e de servir de símbolo de tudo quanto se opõe ao jacente, ao que está sujeito à gravidade. Uma árvore pode ter a mesma conotação – há toda uma antropologia e uma fenomenologia das árvores que nós temos que valorizar.

Um recinto, por sua vez, cria um dentro e um fora, um espaço fechado, mais ou menos claustrofóbico ou agorafóbico, dependendo dos volumes, das pessoas que o experienciam, e das aberturas para o exterior que possa ter. Essas aberturas podem ser críticas, estar por exemplo orientadas a sentidos azimutais, terem uma conotação macrocósmica.

Também posso construir barreiras no território, como muros, paredes, socalcos, taludes, mais ou menos rectilíneos ou não, que inclusivamente podiam delimitar “campos” já desde o Neolítico (Norte da Irlanda, por exemplo), e que eventualmente exigirão que os contorne.

Ou, ainda, caminhos, que facilitam a ligação entre pontos de um percurso, que balizam o movimento, enchendo o território, quando visto do ar, de imagens que parecem “veias” de um corpo. Ou, ainda também, avenidas, grandes espaços cerimoniais que marcam no terreno uma progressão linear mais ou menos rectilínea, como os alinhamentos de Carnac (Bretanha) ou os “cursus” da Grã-Bretanha. Estes últimos são monumentos neolíticos em terra, compostos por fossos e valados. Mas também se descobriram, em zonas pantanosas (Dartmoor) caminhos feitos em madeira, por vezes muito extensos. Enfim, é impossível sumariar aqui os traços gerais de uma matéria que daria um livro – um livro sobre as arquitecturas pré-históricas que nunca foi escrito.

Mas fazer arquitectura é, ou pode ser, também, uma atitude minimalista, a de valorizar ocos, concavidades (em último caso, cavidades ou grutas) e não só convexidades ou volumes salientes. Se elas se contam ou não com ventres maternos ou sentidos de fertilidade, ou ainda mesmo com arquétipos vaginais, depende evidentemente muito dos contextos. Fizeram-se pirâmides, nas estas continham também criptas. O chão, e o que se ergue acima dele ou se enfia por debaixo dele, são arquitectura.

A nossa percepção do espaço tem a ver com os movimentos do corpo. Se caminho num terreno liso, em que o contacto dos pés com o solo é macio, quase não sinto atrito, nem esforço, quase poderia continuar a caminhar indefinidamente. Se, pelo contrário, sou obrigado a

esforços de equilíbrio, se encontro planos opostos ao sentido da gravidade, se tenho de subir ou de descer, se o terreno é escoregadio ou se me oferece resistência (arbustos, pedras, pequenos acidentes que tenho de contornar), a experiência de progressão é outra. No limite, posso ser obrigado a escalar ou a descer ravinas, e posso estar sujeito à queda. É esta experiência fenomenológica, evitando fatalidades irreversíveis, que me permite ir incorporando um espaço, tornando-o meu. E, disto podemos ter a certeza, era também do que a experiência dos homens e mulheres pré-históricos era feita.

Quando os “construtores” de Castelo Velho e de Castanheiro do Vento decidiram pôr dispositivos cénicos para-circulares no alto de colinas, não estavam apenas a fazer recintos murados, estavam de facto a monumentalizar essas colinas. É portanto de colinas monumentalizadas que devemos falar.

Quer as suas construções viessem até ao sopé, quer não. No sentido de de que a acção ali feita tornava significativa a elevação como um todo, em termos semiológicos. Isto é fundamental. Aqueles homens e mulheres eram de certo modo arquitectos paisagistas “avant la lettre”.

Nós sabemos muita coisa sobre esta gente e suas obras. E parte considerável do que sabemos, e podemos comprovar pelos nossos trabalhos, e “in situ”, com documentação recolhida, com registos feitos, é que a maior parte do que foi dito sobre este tipo de sítios tem hoje pouco sentido. Falta-nos porém ainda estudar muito mais, e sobretudo digerir, trabalhar a informação obtida, para ela se tornar útil aos outros, e sobretudo perceptível pelo não especialista, cumprindo o tal papel social nos dias de hoje.

Vistos de longe, dos vales circundantes, Castelo Velho e Castanheiro do Vento eram um pouco diferentes entre si. Ambos se encontravam em rebordos de arribas que marcam a periferia de bacias fluviais, maiores ou menores.

Castelo Velho está retraído entre colinas quase simétricas, ladeado por ribeiras, abraçado por norte por elevações mais altas. Provavelmente, quase toda a área oposta ao vale (a zona plana por onde agora acedemos de carro) constituía uma enorme plataforma cheia de construções, que foram demolidas com o tempo. A parte oposta, conservada, debruça-se ao vale, e em especial ao monte de S. Gabriel, que era e é um grande monumento natural em relação com o Côa. Essa elevação necessariamente “dialogava” com Castelo Velho; podia até ser muito

mais importante do ponto de vista das narrativas cosmológicas de há cinco ou quatro mil anos, do que o próprio Castelo Velho em si.

Para ser vista de longe, para ser notória (em especial do alto quartzítico de S. Gabriel, com a sua grande linha de afloramentos ponteados), isto é, para ter impacte visual e se destacar da massa contínua da arriba em que se integra, a colina monumentalizada de Castelo Velho devia ter efeitos cromáticos importantes.

Não sabemos qual a altura dos muros de argila que se estenderiam pela colina abaixo (2 metros?), mas eles dariam provavelmente superfícies excelentes para serem decoradas. Se as cerâmicas, artefactos de menor escala igualmente em argila, eram em muitos casos decoradas, por que o não haviam de ser as paredes dos recintos ou das construções mais pequenas (habitações, contentores de oferendas ou deposições, etc.)?

Por outro lado, se a cal é, em muitas construções de taipa, essencial à manutenção e consolidação da estrutura, misturada com a argila, por que motivo é que não poderia ter sido utilizada para revestir as paredes, dando-lhes um efeito cromático a distância? Argumentar-se-á em sentido contrário, dizendo que não existia cal na região. Haverá que fazer mais estudos científicos dos componentes das argilas encontradas, por forma a esclarecer tal aspecto. Se estes sítios mantinham relações a distância, que lhes permitiam obter alguns elementos mais raros ou exóticos, por que não poderiam obter matérias cromáticas (a referida, ou outras) usadas na sua monumentalização? Não estaremos a olhar para estes locais, hoje monocores, amarelados pela argila, de forma errada, quando sabemos que os seus construtores escolhiam cuidadosamente certas matérias, como o xisto negro, ou azul, ou até placas de xisto brilhante, que se encontram em numerosos contextos? A textura dos materiais – e não apenas a forma – era um elemento certamente fundamental, e a sua cor quase de certeza também. O que temos é de estar abertos a estas hipóteses, e não ver estes sítios como é mais fácil, como eles parecem agora. Se não, cometemos o mesmo erro da DGEMN e de outros “restauradores” e agentes patrimonializadores, que transformaram o interior das igrejas, autênticas festas de cor, na nudez austera e fria que agora os turistas contemplam. Aquilo nunca foi assim! Os pigmentos dos mais diversos tipos, desde logo para a pintura corporal, aparecem em inúmeras sociedades. Por que haveriam de estar ausentes – quando temos indícios claros do contrário, mas que nunca valorizamos suficientemente – destes sítios calcolíticos?

Castanheiro do Vento é diferente, em certos aspectos já muito focados, de Castelo Velho. Se de noroeste, visto de elevações mais altas, surge como uma colina circular ladeada de outras colinas ou plataformas, de leste, da Ribeira da Teja, aparece como uma imponente fachada que sugere de imediato um grande impacte visual que deveria ter tido no passado. Se aquela era uma cenografia, uma espécie de “palco”, e se em certos momentos do ano se animava particularmente com a reunião de pessoas, no dia a dia os “espectadores” (residentes ou de passagem) estavam talvez principalmente “espalhados” por toda a bacia da dita Ribeira da Teja. E, daí, o que poderiam contemplar, quando se voltavam para Castanheiro do Vento, volumetria tutelar omnipresente, era um autêntico espectáculo arquitectónico, uma enorme fachada de volume e de cor, emergindo das arribas. Algo que comparado, por exemplo, com Stonehenge, tornaria este último sítio mítico (o local mais visitado do Reino Unido) uma realidade muito mais relativa, do ponto de vista monumental, do que às vezes parece.

Apesar do grande vale, ou paisagem, adjacente a Castanheiro do Vento, estar muito mais próximo visualmente deste do que no caso do Castelo Velho (onde essa função” seria talvez cumprida pelo planalto de Vila Nova de Foz Côa), e apesar do Castelo Velho se virar muito mais claramente à Meseta (e desde logo ao seu prolongamento mais próximo, o planalto de Figueira de Castelo Rodrigo) não deixa de ser significativo o facto de, a partir de ambos, se ver a Serra da Marofa, acidente quartzítico que, como outros da mesma rocha, parece marcar de forma indelével o relevo da região.

Impressionam-nos hoje imenso, à medida que as vamos descobrindo, as numerosas formas de diálogo com o território envolvente, a várias escalas, e de vários pontos de vista, que estes sítios entreteciam. São uma arquitectura paisagística tanto mais “sábida” quanto os seus arquitectos não eram letrados, nem se viam como seres destacados do mundo, mas como agentes no mundo, actuando nele, e transformando-o não no sentido de impor um “design” antes mentalmente concebido, mas no sentido de inscrever uma série de marcas identitárias e ancestrais, indispensáveis ao funcionamento e coesão de sociedades essencialmente segmentárias.

A história, ou histórias, que estes sítios nos contam, e que queremos e devemos passar aos públicos, aos visitantes, passam apenas por intervenções locais minimalistas, ajudadas por materiais visuais e textuais de apoio? Ou poder-se-ia fazer restauros reversíveis, experimen-

tais, erguendo por exemplo alguns muros em argila, sobre os seus socos pétreos, e evitando apresentar estes como paredes, já que foram sobretudo embasamentos? Penso que esta segunda hipótese seria a mais trabalhosa, mas também a mais audaz e a mais interessante. Creio que ela teria exigido um imenso trabalho interdisciplinar, e não apenas fugaz, entre todos os intervenientes, especialistas da arquitectura do presente, e especialistas da arquitectura do passado.

Porém, o esforço feito por Susana Oliveira Jorge em Castelo Velho, abrindo uma frente de pesquisa, e seus colaboradores, foi já hercúleo, e, por outro lado, “pedir tudo” de uma só vez seria, além de desajustado, injusto. O trabalho investido no sítio dará origem a diversos resultados muito positivos, e permitirá talvez um dia, quem sabe, fazer em Castanheiro do Vento uma experiência contrapontística em relação a Castelo Velho. Assim, os dois sítios, que já dialogavam e eram intervisíveis há cinco ou quatro mil anos, continuarão a servir-se mutuamente, irmanados num mesmo projecto, e a dialogar pelo século XXI. A investigação não acabou, continua. Viva, com os mesmos protagonistas.

Como eu costumo dizer, Castelo Velho e Castanheiro do Vento, do ponto de vista da pesquisa, das questões que levantam, são um e o mesmo sítio. Estudar um, é estudar outro. E se a escavadora de Castelo Velho*, e o mais velho de entre os escavadores de Castanheiro do Vento** (que no primeiro sítio fez todo o seu tirocínio) estão ligados por laços não apenas profissionais, não estaremos aqui perante um caso raro de colaboração? Não será que a melhor argamassa entre todos os que se debruçam sobre estas velhas arquitecturas é ainda a afectiva?...

Porto, 27/28 de Abril de 2005

* Ler, Jorge, S. O.: *O Passado é Redondo, Dialogando com os Sentidos dos Primeiros Recintos Monumentais*, Porto, Ed. Afrontamento, 2005, Col. “Biblioteca de Arqueologia”, vol. 2.

** Os outros são: João Muralha Cardoso (bolseiro FCT); Leonor Sousa Pereira (IPA – V. Conde); Ana Margarida Vale (bolseiro FCT); Gonçalo Leite Velho (IPT – Tomar) e António Sá Coixão (presidente da direcção da ACDR de Freixo de Numão). Ver: <http://www.architectures.home.sapo.pt>



FOTO 1 – *Castanheiro do Vento*



FOTO 2 – *Castelo Velho*